



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

Aos dezasseis dias do mês de outubro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 17/09/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por razões profissionais, se encontra fora do concelho, pelo que será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes, pelo período de um mês.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2014
4. REQ. N. 1407/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 305/14, DATADO DE 04/09/2014 – FACOMPRIL – FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS DE PRECISÃO, LDA

5. REQ. N. 1431/14, DATADO DE 29/09/2014 – PC N.º 248/14, DATADO DE 09/07/2014 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A.
6. REQ. N. 1524/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 231/14, DATADO DE 30/06/2014 - MARIA EUGÉNIA DE SOUSA NETO
7. REQ. N. 1060/14, DATADO DE 15/07/2014 – PC N.º 118/12, DATADO DE 19/04/2012 - SOCIEDADE DE REPRESENTÇÕES A. GONÇALVES, LDA.
8. REQ. N. 1526/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 348/14, DATADO DE 13/10/2014 – TECNIMOPLAS – INDÚSTRIA TÉCNICA DE PLÁSTICOS, LDA
9. REQ. N. 1455/14, DATADO DE 02/10/2014 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009 – VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO
10. REQ. N. 1415/14, DATADO DE 25/09/2014 – PC N.º 258/12, DATADO DE 04/09/2012 – LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS
11. REQ. N. 362/11, DATADO DE 17/02/2011 – PC N.º 24/08, DATADO DE 14/01/2008 – SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A.
12. REQ. N. 956/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 162/11, DATADO DE 27/04/2011 – ANA ELISA FRAGOSO PINTO
13. REQ. N. 1511/14, DATADO DE 10/10/2014 – PC N.º 88/10, DATADO DE 30/04/2010 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA
14. REQ. N. 1406/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 286/14, DATADO DE 12/08/2014 – E&T – ENGINEERING AND TOOLING LDA
15. REQ. N. 1302/14, DATADO DE 29/08/2014 – PC N.º 394/2014, DATADO DE 29/08/2014 – PAULO ALEXANDRE DIONÍSIO RIBEIRO
16. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO SITO NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE
17. PROCESSO N.º 305/2014 - REQUERENTE: JOSÉ DE SOUSA HENRIQUES LOPES – PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO DE QUE RESULTARÁ A CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE. OBJETO: PRÉDIO RÚSTICO SITO EM BREGIEIRAS – LARGAS – LIMITE DA AMIEIRINHA – FREGUESIA DA MARINHA GRANDE
18. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE. APOIO.

19. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA. ACORDO. INDEMNIZAÇÃO.
20. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
21. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE SETEMBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
22. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS”*.
23. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”*.
24. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES DOMÉSTICOS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”*.
25. MINUTA DE CONTRATO A CELEBRAR COM A ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA FUNDO FINICIA
26. CESSAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA.GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS
27. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE, RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA – PARA VIGORAREM A PARTIR DE 01 DE NOVEMBRO DE 2014
28. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 47, SITO NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL – CLÁUDIA MARGARIDA CARDOSO LOPES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

- ⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

**Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:**

**1 – Sr.ª D. Maria Leonor da Silva Santos**, residente na Rua dos Pires, n.º 5, Guarda Nova, Marinha Grande, que historiou as origens da rua onde habita há mais de 40 anos, desde a altura em que era uma simples azinhaga até ao que é hoje, explicando também a origem do nome, atribuído em homenagem a um morador. É uma rua servida de águas e esgotos, mas que actualmente se encontra votada ao abandono, com casas desabitadas que estão a cair e cheias de entulhos e lixo, situação que incomoda os moradores, para além de que todo este lixo e matagal origina a presença de muitos ratos e cobras. Referiu ainda que os esgotos da Estrada de S. Pedro vão parar à Rua dos Pires, há poços a céu aberto, onde por vezes caem animais, e felizmente ainda nunca aconteceu com nenhuma pessoa, o pavimento não tem asfalto, há imensos buracos, carros abandonados, não existem contentores para o lixo, que os moradores têm que ir depositar na Rua da Portela. Por tudo aquilo que mencionou parece-lhe que a Câmara desprezou esta rua, pelo que pede, em nome de todos os moradores, que tenham em atenção a resolução de todos estes problemas.

**2 – Sr.ª D. Maria da Conceição Marrazes**, residente na Rua Bico da Garcia, n.º 26 F, Garcia, Marinha Grande, que falou em seu nome e no das restantes floristas, sobre a venda de flores à porta do Cemitério de Casal Galego. Trata-se de uma situação apresentada anteriormente mas que se mantém e para a qual pretendem resolução, especialmente porque se aproxima uma data em que este negócio poderá ser um pouco mais rentável. Por último perguntou qual o ponto de situação do regulamento da venda ambulante.

**3 – Sr. Ernesto Conceição Silva**, residente na Travessa dos Pimentas, n.º 9, Engenho, Marinha Grande, que pretende obter respostas às questões apresentadas por si em reuniões anteriores, que constam das atas e que não foram respondidas:

- Ata n.º 3, da reunião de 06/02/2014, sobre o arranjo da Travessa da Rua dos Pimentas;
- Ata n.º 12, da reunião de 05/06/2014, em que o Sr. Vice-Presidente voltou a dizer que vai pedir aos serviços;
- Ata n.º 15, da reunião de 03/07/2014, sobre a mudança de um abrigo da TUMG, que ainda não foi colocado, já lá vão 4 meses e as crianças continuam à espera sem um abrigo, felizmente que não chovia nessa altura;
- IMI – quando terminar a cláusula de salvaguarda vai haver um grande aumento de receita. Perguntou ao Sr. Presidente se confirma o que disse na altura e que não vem na ata, de que a Câmara gastou cem mil euros com o processo de avaliação;
- Pediu em 12/09/2014 uma refaturação da fatura de água ao escalão de rotura e ainda está à espera da resposta da Câmara. Foi informado que o valor do escalão de rotura é de 1,0215 €/m³. Será possível? Se assim for é o mesmo valor do escalão normal e considera que é um exagero.

**No âmbito dos seus pelouros, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos munícipes:**

- ⇒ Rua dos Pires à Guarda Nova – disse que não é propriamente uma rua, mas sim um beco, uma vez que não tem saída. Teve conhecimento desta inscrição e foi ontem ao local, e verificou que a rua apresenta um pavimento em semi-penetração, com muitos buracos, e que irão ser tomadas providências nesse sentido. Sobre os contentores do lixo informou que irá ao local com os técnicos da Câmara da área do ambiente e obras particulares para analisar essa situação e o problema dos muros, embora não lhe pareça que algum esteja em perigo de derrocada. Devido às dimensões da rua e ao facto de não haver retorno para o carro do lixo, parece-lhe que será difícil colocar contentores, pois até poderão dificultar a circulação. Viu lá 2 carros abandonados, cuja situação também será tratada aquando da deslocação que irá fazer.
- ⇒ Venda de flores – o regulamento da venda ambulante está em fase de reestruturação, porque entretanto se obtiveram pareceres. A Câmara reuniu com a ACIMG e acordaram determinadas regras que irão ficar no regulamento. Neste momento não há lugares fixos, só sedentários. Sobre esta situação informou que a ACIMG reuniu com a Câmara na passada terça-feira, e ontem foi enviado um ofício a pedir a colaboração da GNR e da PSP para fazer a fiscalização sobre a venda de flores junto aos cemitérios municipais. Os cemitérios da Moita e de Vieira de Leiria são do domínio privado das respetivas Juntas de Freguesia. Questionado sobre a venda ambulante no Tremelgo, o Sr. Vereador respondeu que o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta também deu parecer sobre o regulamento e não permite a venda ambulante nesse local.
- ⇒ Travessa da Rua dos Pimentas – informou que está aberto um concurso público para pavimentação de diversos arruamentos na freguesia e que esta rua será contemplada nesse concurso.
- ⇒ Abrigo de passageiros – o abrigo não é da Câmara nem da TUMG, mas sim da JC Decaux, pelo que não poderá ser mexido. Informou que fazia parte dos planos da TUMG colocar diversos abrigos de passageiros, só que este ano não dispõe de verba, estando já contemplada no orçamento de 2015 a verba necessária para essa colocação.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos munícipes:**

- ⇒ Rua dos Pires – vai pedir à Proteção Civil para fazer um levantamento das situações de carros abandonados e de muros caídos.
- ⇒ Venda ambulante – assinou ontem o ofício a pedir a colaboração da GNR e da PSP e espera que eles possam fiscalizar e atuar, dentro das suas competências, embora lhe pareça que no cemitério da Marinha Grande não tem sido muito mau.
- ⇒ IMI – não disse que a Câmara gastou cem mil euros com o processo de avaliação mas sim trezentos mil euros. Este ano iremos ter no concelho da Marinha Grande um aumento de IMI de quarenta mil euros, mas terá que ser empregue na amortização de dívidas para com os bancos. O dinheiro não pode ser utilizado como as Câmaras quiserem, pois por imposição da DGAL tem que se destinar ao

pagamento de dívidas aos bancos. Relativamente à taxa de IMI não se pode baixar uma vez que a taxa cobrada no concelho da Marinha Grande é a mínima.



### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Atendimento – quando os munícipes aqui vêm é porque têm preocupações, e a Câmara, dentro da lei, deve resolver os problemas com eficiência e rapidez.
- ⇒ Questionou como está a situação do jazigo.
- ⇒ Disse que gostou da intervenção da D. Leonor Santos, que pede o retorno dos impostos que pagam, desejando ter uma rua aprazível e onde dê gosto viver.
- ⇒ Venda de flores – já foi respondida.
- ⇒ IMI – informou que a partir de 2015 a cláusula de salvaguarda vai aumentar.
- ⇒ Pediu ao Sr. Presidente que lhe faculte a carta da DGAL que impõe que a receita do IMI seja destinada ao pagamento das dívidas aos bancos.
- ⇒ Resinagem – o seu primeiro voto neste processo foi de abstenção, porque sempre entendeu que o mercado devia ser naquele local, e os bombeiros deviam sair do local onde estão e este ser uma zona de alavancagem para o mercado. Absteve-se para não inviabilizar o projeto e não se perderem os fundos comunitários. Hoje verifica que há ali espaços de lojas que ainda não funcionam, pelo que gostaria de saber o porquê do atraso.
- ⇒ Percursos – voltou a insistir neste assunto, por entender que a Câmara deveria editar um livro dos passeios pedestres e BTT para o concelho da Marinha Grande. Disse que lhe deram os parabéns pela sua anterior intervenção sobre este assunto e enumerou os roteiros que existem na Marinha Grande e em Vieira de Leiria.
- ⇒ Pedido sobre estacionamento – um comerciante dirigiu-se a si para que apresentasse a proposta dos comerciantes, que pretendem, mediante o pagamento de 25€/mês, estacionar as suas viaturas junto dos respetivos estabelecimentos. É uma proposta feita à Câmara para que seja analisada com a TUMG, no sentido de ser criado um bilhete específico para este efeito, propondo o valor de 25€/mês.
- ⇒ Semana do Design – gostou do evento, foi bem planeado, gostou da abertura e do encerramento. Foi um bom contributo. Ouviu críticas, que entende que também são necessárias, mas tem que haver envolvimento e não distanciamento. Recomenda que se continue a fazer mais e melhor e a aproximar as populações. Com certeza que houve erros, mas foi um primeiro passo e foi positivo.



**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria João Gomes cumprimentou os presentes e referiu que queria assinalar dois pontos positivos:**

- ⇒ Iniciativa da ACIMG, que trouxe muita vida e pessoas ao centro tradicional e a forma como todos se disponibilizaram para colaborar e participar. Prova que é possível fazer com que todos se reencontrem com um espaço que pode ter uma outra vida e uma outra função, e que não deve ter envolvido muita despesa.
- ⇒ Outro ponto positivo é a próxima abertura do Jardim Luís de Camões, que é um referencial da sua infância, está muito bonito mas muito apetecível para o vandalismo, pelo que pede que as autoridades policiem, sobretudo à noite.
- ⇒ Semana do Design – a Marinha Grande tem uma alma essencialmente industrial, e todas as iniciativas que se realizem são positivas.
- ⇒ Privatização da EGF – receia que a seguir aos RSU's venha a privatização da água, pelo que o Município deve continuar a pugnar pelos interesses dos munícipes e pelo não aumento dos resíduos, para que não se reflecta na fatura da água, até porque, ao contrário do que tinha sido dito, o seu aumento é bastante grande.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Sobre a intervenção do público fez os seguintes comentários:
- A munícipe Sr.<sup>a</sup> D. Maria Leonor da Silva Santos, veio apenas falar da situação da sua rua. Ainda bem que os munícipes vêm alertar para os seus problemas. A munícipe referiu que paga os seus impostos por isso apenas quer ter circunstâncias iguais às dos outros munícipes.
- A munícipe Sr.<sup>a</sup> D. Maria da Conceição Marrazes, é florista e vem uma vez mais pedir que se cumpra a lei em relação às pessoas que vendem flores à porta do cemitério prejudicando quem tem casa aberta ou vende no mercado. Referiu que o regulamento da venda ambulante devia ter sido aprovado em novembro de 2013, e quase um ano depois ainda não se sabe quando será. Lembrou que em junho veio à reunião uma proposta de regulamento que continha imensas lacunas, foi agendado para a Assembleia Municipal, mas o Sr. Presidente teve de o retirar, dado que faltavam pareceres, sobretudo da Deco e da ACIMG. Soubese agora que o parecer da Deco já foi recebido e que em julho foi feita uma reunião com a ACIMG, onde ficaram solucionados os problemas existentes. Sendo assim, diz não compreender como se continua a adiar a discussão e aprovação deste regulamento tão fundamental para a venda ambulante e para os comerciantes.
- O munícipe Sr. Ernesto Silva, veio uma vez mais dizer que a Câmara não lhe responde. Sugeriu que se dêem as respostas, se as houver a dar, para que se termine duma vez com esta conversa, em que o munícipe diz que não tem resposta e a Câmara diz que já respondeu.

⇒ De seguida perguntou ao Sr. Presidente se há alguma razão para que a documentação não acompanhe em simultâneo a ordem do dia, questionando se o Sr. Presidente sabe que alguma da documentação só foi recebida ontem às 17h55m? Referiu que em próximas reuniões em que a documentação não acompanhe a ordem do dia, e consequentemente não tenha tempo para a analisar, não terá condições de a votar.

⇒ Enalteceu os seguintes atletas:

- uma vez mais o judoca marinhense Nuno Saraiva, pela medalha de bronze no open de Judo, realizado em Lisboa. Sendo ainda um atleta júnior venceu vários combates com judocas seniores de renome internacional. Este resultado conta já para o ranking mundial que dará o apuramento para os Jogos Olímpicos, sonho perseguido por este marinhense;
- o marinhense Álvaro Pereira Júnior, que se sagrou campeão nacional de Motocross Vintage;
- os patinadores de velocidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, que conquistaram vários pódios na Ilha da Madeira. Relembrou que este é um clube que não está incluído no regulamento, e por isso as viagens e despesas de deslocação à Madeira ficaram à custa dos pais. Perguntou ao executivo se acha justo que a Câmara continue a não conceder apoios a este clube, quando os seus atletas continuam a representar o nosso município pelo país fora? Perguntou ainda para quando a revisão do regulamento?

⇒ Disse que uma vez mais se ia referir a atletas marinhenses, mas desta vez não por qualquer título que tenham conseguido. Os melhores nadadores marinhenses, Filipa Ruivo e André Ruivo, têm de ir para o Bairro dos Anjos, para Leiria, dadas as poucas condições que têm na nossa terra. São nadadores talentosos, com um curriculum invejável, de elevado prestígio, salientando o facto de a Filipa ter sido chamada à seleção nacional, para provas internacionais, com records nacionais e deixamos que os melhores valores saiam da Marinha Grande, por não termos condições. A Filipa disse que em Leiria *“as instalações são muito melhores, tanto a piscina como o ginásio”*. A Filipa confidenciou ainda que tem um sonho, ir aos jogos olímpicos, mas para o conseguir tem de sair da sua terra. É lamentável. Para quando uma piscina na Marinha Grande?

⇒ Na última semana foi inaugurada uma unidade industrial em Leiria, num investimento de mais de 15 milhões de euros, incorporando dezenas de trabalhadores. Esta unidade devia ter sido construída no nosso concelho dado que o grupo Poço iniciou a sua atividade na Albergaria, mas não encontrou condições para se expandir na Marinha Grande. É lamentável que estejamos a deixar sair empresas de prestígio, que aumentam a sua capacidade empregadora, por continuarmos a não criar infraestruturas na Zona Industrial do Casal da Lebre, que possibilitem às empresas crescerem e instarem-se no nosso concelho. O ano

passado o executivo fez alarido, com pompa e circunstância, sobre a aquisição dos terrenos da Zona Industrial. Mas para que servem se continua lá o pinhal?  
Para quando a criação de infraestruturas na ampliação da Zona Industrial?

- ⇒ Disse que recebeu de um munícipe a seguinte comunicação: *“Porquê da “inatividade” da rotunda do Atrium cuja beleza e conservação da mesma, passa pela manutenção e uso do instalado circuito de água, que se mantém inativo seguramente há mais de 3 anos !!!? Afinal para que foi o sistema instalado?”*
- ⇒ Sobre S. Pedro de Moel disse que para além da vergonha que foi a época balnear, a incúria das obras por realizar fez uma vítima. Transmitimos aos nossos visitantes e turistas uma imagem pobre e degradada, e agora uma pessoa caiu para o areal na Praça Afonso Lopes Vieira, devido ao varandim ainda não estar reposto. O homem fraturou uma vértebra e a Câmara devia assumir a responsabilidade, uma vez que, pelo menos moralmente, é a única responsável.
- ⇒ Parque Mártires do Colonialismo – referiu que o estado de degradação se acentua: são os campos existentes que nem têm iluminação, é o salão de chá, neste momento nos edifícios do Parque voltou a haver toxicodependência e prostituição. Desafiou todo o executivo, a imprensa e os munícipes presentes, para que no final desta reunião façam uma visita ao local, onde já se vêem estes sinais, incluindo preservativos. Tem fotos que documentam o que disse.
- ⇒ Foram enviados, através da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 3 abaixo assinados da população, sobre:
- Rua das Chedas;
  - Largo da República;
  - Rua da Areia Vermelha.
- Gostaria de saber se estes abaixo assinados deram entrada nos serviços da Câmara Municipal e qual o ponto da situação dos mesmos.
- ⇒ Seguidamente leu um texto relativo ao Balanço do 1.º ano de mandato, cujo conteúdo se passa a reproduzir:

***“Assunto: Um ano de mandato***

*Finalizado o primeiro ano de mandato no executivo pelo MPM-Movimento pela Marinha é altura de fazer o balanço deste exercício.*

*A obrigatoriedade da lei confere ao executivo da nossa autarquia sete vereadores, legitimando todos na gestão do Município. Ficámos honrados pelo povo marinhense nos ter dado a oportunidade de dignificar a terra, participando nos destinos da Marinha Grande.*

*Exercemos esta actividade duma forma séria e construtiva na defesa dos interesses dos munícipes. Não sendo políticos profissionais, gozando da total independência, incutimos na acção toda a experiência de vida, pessoal e profissional, dando contributos importantes em todos os assuntos em discussão e da vida do Município.*

*Não nos foi distribuído nenhum pelouro, no entanto, acompanhámos de perto a actividade do executivo permanente, estudando profundamente todos os dossiers, de modo a intervir activa e construtivamente nas reuniões de câmara, com propostas, pedidos de esclarecimento, requerimentos, declarações de voto, declarações políticas, sempre com o intuito de defender o interesse dos cidadãos.*

*Confessamos que foi com enorme estupefacção e surpresa que fomos recebidos no seio do executivo, sendo interpretados como uma “oposição” que sistematicamente tem uma posição contra, postura completamente inversa à que defendemos, àquela que construímos. Somos mais um elemento que quer contribuir para o engrandecimento da nossa terra, votando favoravelmente ou contra conforme o que seria melhor para os cidadãos e para o desenvolvimento da Marinha Grande.*

*Esta conduta de confronto e enfado levou o executivo a não enviar a documentação para análise dos processos e, quando por lei foram obrigados, fazem-na truncando a pouca informação que remetem. É uma lógica antiquada para quem apregoa a democracia, uma forma de agir que julgámos já não existir na Marinha Grande. Não respondem a requerimentos, escondem informação, omitem convites para impedir a nossa presença em iniciativas importantes, negam as propostas apresentadas por via do voto de maioria, não consideram as nossas intervenções para efeitos de atas numa “espécie” de tentativa de aniquilação administrativa do nosso rigor e competência, recorrem a expedientes rebuscados para limitar a informação ou não a disponibilizar nos tempos previstos pela lei, enfim... um enumerar de condutas reprováveis numa administração moderna e próxima dos cidadãos. A inibição da liberdade de expressão faz parte doutros tempos onde a democracia era uma miragem, estamos na era dos media onde a divulgação é parte integrante do nosso comportamento, onde a administração deve ser aberta e transparente, o serviço público deve ser mesmo público.*

*Para além do nosso envolvimento na vida autárquica, dos pedidos de documentação, esclarecimentos de processos, da gravação das reuniões, das diversas intervenções estruturadas e fundamentadas realizadas sobre as diferentes matérias apreciadas pelo órgão, destacamos algumas propostas realizadas ao longo do ano:*

- *Elaboração dum regimento das reuniões de câmara;*
- *Disponibilização de um espaço físico e de endereço de e-mails para todos;*
- *Inclusão da data de entrada nos processos de obras;*
- *Aprovação da ata da reunião no início da reunião seguinte à da sua realização e publicação no site no dia seguinte;*
- *Actualização do site da câmara;*

- *Valorização e divulgação de exposições;*
- *Colocação de sinalética ao longo da cidade;*
- *Proposta para que as árvores sejam tratadas e podadas evitando o seu corte;*
- *Definição duma ORU (Operação de Reabilitação Urbana) sistemática para a zona histórica da cidade;*
- *Alteração do programa de apoio ao desenvolvimento industrial, alargando a toda a actividade económica, desde que cumpram os requisitos e criem postos de trabalho;*
- *Requalificação das camaratas dos bombeiros voluntários da Marinha Grande;*
- *Colocação de corta-vento nas entradas do atual mercado até que seja construído um novo de raiz;*
- *Diálogo institucional com empresas no âmbito do desenvolvimento dos seus projectos;*
- *Proposta para que o apoio à actividade física fosse em função do serviço prestado pelas entidades;*
- *Reformulação do incentivo à natalidade considerando o número de membros no agregado familiar na análise dos processos, alargando o apoio a um maior número de pessoas;*
- *Proposta para que se criem condições de segurança e limpeza no Parque Mártires do Colonialismo;*
- *Dinamização do Conselho Municipal de Educação (CME), cumprindo o descrito na lei, e definição de uma estratégia da educação para o concelho;*
- *Proposta para que o CME inclua os directores das escolas profissionais, como convidados.*
- *Que se ouçam os interessados na elaboração do Regulamento de venda ambulante que já devia estar publicada desde Novembro 2013;*
- *Que não se feche a porta à negociação com o governo na criação do Espaço do Cidadão;*
- *Que se distribuam manuais escolares apenas às crianças que comprovadamente necessitem, reforçando os apoios escolares a todos os ciclos de ensino;*
- *Proposta para se negociar com os responsáveis sobre as estradas nacionais e das matas, que cobrem o nosso concelho, evitando o estado lastimoso das mesmas;*
- *Proposta para que se faça manutenção nas infra-estruturas desportivas e escolares municipais.*

*Registámos o elogio a dezenas de atletas, alunos e empresas que tiveram desempenhos de relevo a nível nacional e internacional. Foram levadas à reunião de camara dezenas de questões que os munícipes nos colocam, e, tal como os que participam na reunião do executivo, solicitámos reiteradamente que se responda aos munícipes.*

*Foi um ano em que insistentemente propusemos que se fizesse a revisão do Regulamento de Subsídios de modo a que haja igualdade no apoio às associações*

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

*culturais, recreativas e desportivas, bem como às instituições particulares de solidariedade social. Consideramos que têm que ser criados critérios justos e transparentes, baseados na estratégia que têm (ou deviam ter) para a cultura, o desporto, a área social e recreativa, o turismo.*

*Demos contributos para a elaboração do orçamento, que passavam por seguir a dinâmica económica do concelho e a perspectiva de melhoria do bem-estar da população, contributos que, na generalidade, não foram considerados, talvez porque a acção deste executivo permanente não é acompanhada duma visão estruturante da autarquia e do progresso deste concelho. Os projectos são presentes a reunião de Câmara, como factos consumados, não aceitando alguma sugestão de modificação. Por isso, todos têm apresentado deficiências demasiado evidentes, que levam a constantes correcções, como é o exemplo presente do Orçamento Participativo.*

*Este executivo permanente não tem ambição para construir a piscina, o mercado municipal, as variantes, os centros educativos, terminar o saneamento básico. Não respeita quem apresenta soluções divergentes, as nossas ou dos municípios, evidenciando uma grande falta de respeito democrático.*

*Vamos continuar neste trilho, com uma postura construtiva, alertando e propondo acções que entendemos serem prioritárias, lamentando que não exista uma estratégia de cooperação institucional entre todos os membros do executivo que coloque a Marinha Grande acima de qualquer querela partidária.*

*A nossa acção será sempre revestida de uma firme convicção de que as nossas propostas vão em busca dum futuro melhor e mais próspero para a população do nosso Concelho.*

*Marinha Grande, 16 de Outubro de 2014*

*O Vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande  
Aurélio Ferreira”*

**O Sr. Presidente disse o seguinte:**

⇒ Em 22 de setembro pediu contributos para o Orçamento, indicando o dia 6 de outubro, e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira deu a resposta dia 10 de outubro. Quantas vezes utilizou o gabinete que foi disponibilizado? Nenhuma!

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou dizendo que é mentira.

O **Sr. Presidente** retificou, dizendo que foram poucas as vezes que o Sr. Vereador utilizou o gabinete.

⇒ Grupo Poço – informou que não vieram à Câmara fazer qualquer pedido. A Câmara comprou os terrenos para alargamento da Zona Industrial a 3€/m2, um preço

negociado e muito mais favorável do que o inicial, e agora aguarda o quadro comunitário para poder investir três milhões de euros nas infraestruturas, porque a Câmara não tem verba para esse investimento.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Reivindicou o mesmo tempo que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira utilizou na sua intervenção. Foi ele que impôs o Regimento, uma vez que até então não tinha havido necessidade, e agora quem o viola sistematicamente é o próprio Vereador.
- ⇒ Pediu que o texto do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, relativo ao balanço do 1.º ano de mandato, fique em ata na íntegra, reservando-se o direito, face às gravíssimas acusações que faz, de agir em conformidade, porque na política não vale tudo.
- ⇒ IMI – a proposta actual do Governo para 2015 é um agravamento brutal, e devemos estar atentos para esta situação. A Marinha Grande tem a taxa mais baixa que é possível legalmente.
- ⇒ Deixou uma nota para a ACIMG e para a iniciativa muito positiva, falada desde a primeira hora com a Câmara e à qual foi dado grande apoio, todo aquele que foi possível dar. Louvou esta forma de atuação e deixou os seus agradecimentos pela integração na atividade cultural da Semana do Design.
- ⇒ Semana do Design – expressou o seu agradecimento pelo empenho de todos os parceiros e colaboradores e pelos resultados obtidos. Registou-se a participação de muitos jovens, da Marinha Grande e não só, fazendo votos para que os industriais da Marinha Grande saibam aproveitar as possibilidades, designadamente a proposta da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, que se propõe fazer mestrados em colaboração com as empresas do concelho. Foi um contributo muito positivo.
- ⇒ Perguntou ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira pelo projeto para a EcoFortunato.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** respondeu que está a estudar.  
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que pensava que 15 dias eram suficientes, respondendo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** que se compromete a trazer alguma informação na próxima reunião.  
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não deve ser uma informação mas sim uma solução.
- ⇒ Disse que mais uma vez solicitava ao Sr. Presidente um parecer jurídico sobre as ausências e faltas constantes que são dadas pelo Sr. Vereador eleito Carlos Logrado, uma vez que receia que a Sr.ª Vereadora Maria João possa estar numa situação ilegal e as deliberações tomadas pelo órgão poderem vir a ser ilegais.

O **Sr. Presidente** informou que vai pedir parecer ao Gabinete Jurídico.

**O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu o seguinte:**

- ⇒ EcoFortunato – como hoje vem à reunião um pedido de parecer prévio, sugeriu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira que peça para que não seja feito este procedimento e que se faça o pedido do serviço à EcoFortunato, sem qualquer legalidade. Nem tudo o que parece é, e o populismo tem limites.
- ⇒ Rua dos Pires – temos direito a tudo, pagamos os mínimos de IMI e Derrama, damos incentivos às empresas, e o dinheiro vem de onde?
- ⇒ Abaixo assinados – disse que os abaixo assinados vieram da Assembleia de Freguesia de Vieira de Leiria, enviados por um eleito do MpM, mas não precisava que eles viessem porque conhece muito bem a situação das raízes, mas que não irão ser retiradas sem que se faça o saneamento.
- ⇒ Lojas da Resinagem – já abriu uma loja sobre pintura, as outras estão em obras. O concurso do espaço para restaurante ficou deserto por duas ou três vezes, e agora foi feito um ajuste direto com o Poeiras, que vai fazer um atelier.
- ⇒ Os passeios em Vieira de Leiria vão ficar bonitos.
- ⇒ Bilhetes mensais para estacionamento – o assunto está a ser estudado, porque passa pela alteração ao regulamento. Aguarda-se também que abra o estacionamento da antiga J. Ferreira Custódio para ver como se comporta o “mercado”. O estacionamento pago junto ao Café Cristal vai ser melhorado.
- ⇒ Jardim Luís de Camões – está à espera que a relva cresça para abrir ao público. Vai ter luminárias novas, com consumos reduzidos durante a noite. Como é um espaço aberto e visível, julga que ficará mais seguro do que estava. Irão ser plantadas mais árvores na parte de trás e também será feito um pequeno arranjo no bar, conforme as necessidades que se verificarem após a visita que pretende efectuar.
- ⇒ Venda ambulante – recordou a todos que na altura em que o regulamento veio à reunião foi dito que se estava à espera do parecer da Deco, e que se este não viesse a tempo o assunto seria retirado da Assembleia Municipal, e assim foi. Depois veio o parecer. A Câmara falou com a ACIMG, e o próprio verão trouxe novas situações. Não há qualquer deliberação da Câmara sobre a concessão de alguns espaços, pelo que o assunto com certeza que virá à Câmara.
- ⇒ Queda em S. Pedro de Moel – a pessoa ia distraída a falar ao telemóvel e caiu na praça. Quando há um acidente procura saber quais são as causas, e teve logo a preocupação de saber o que se passou, e se tivesse sido como aqui foi referido o município teria pedido responsabilidades à Câmara e ainda não pediu. As obras em S. Pedro estão a ser feitas, conforme constatou hoje de manhã quando por lá passou.
- ⇒ Parque Mártires – foi realizada uma hasta pública para concessão do café, e estranhamente o adjudicatário veio desistir. Já pediu aos serviços para diligenciarem a abertura de nova hasta pública e para verificarem se há consequências do pretendo adjudicatário. Vão ser colocados os bancos. Há



iluminação mas é vandalizada, e a sua reposição não acompanha o ritmo do vandalismo.

- ⇒ Balanço do mandato – disse que anda na política há 20 anos, fez muito pela sua freguesia e quer fazer muito pelo concelho, e não é agora que alguém chega aqui e lhe dá lições. Terminou dizendo que ainda o Sr. Vereador Aurélio Ferreira não pensava na sua rua e já ele pensava no seu concelho.

**O Sr. Presidente informou o seguinte:**

- ⇒ Jazigo – continua-se a trabalhar no problema do cemitério, porque é mais grave do que se pensa e há muitas situações a resolver.  
Quando falou na substituição à volta do cemitério todos lhe caíram em cima, e agora vêm a constatar que é verdade e que já existe há muito tempo.
- ⇒ A HRV veio para a Marinha Grande, por isso não se deve só falar da saída do grupo Poço para Leiria.
- ⇒ Zona Industrial – já informou sobre o seu alargamento.
- ⇒ EGF – a Câmara sempre foi contra a privatização. Ainda ontem foi à ERSAR com os Presidentes dos municípios da VALORLIS. Têm lá um mapa com os dados oficiais da situação de cobertura da rede de água e saneamento dos concelhos do centro do País, e é bom de ver a posição em que a Marinha Grande está. Estamos bem posicionados, mas ainda não estamos satisfeitos. Queremos chegar a todos, mas também há que ter em atenção aquilo com que contamos. Foram à ERSAR para pedir que não permita o aumento da taxa por parte da VALORLIS, uma vez que foi a entidade reguladora que não deixou a VALORSUL aumentar a sua taxa. A ERSAR considera que o valor de 27€/tonelada é um bom preço, mas a VALORLIS não acha e quer aumentar. Os seis municípios foram fazer esta tentativa de pedido à entidade reguladora, uma vez que entendem que não é com manifestações que ganharão esta luta, contra uma empresa que detém 51% da VALORLIS. Os seis municípios falaram a uma só voz e todos são contra o aumento.
- ⇒ Piscina – também gostava de ter no concelho uma piscina olímpica.

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes referiu o seguinte:**

- ⇒ A questão levantada pelo Sr. Vereador Vítor Pereira deixou-a numa situação desconfortável, pelo que gostaria que juridicamente fossem feitas as diligências para saber se o +Concelho está numa situação ilegal ou não, pois são a favor de que se cumpra a lei e o seu entendimento da lei é que o Vereador eleito possa ser substituído. Pede ao Sr. Presidente que seja feita essa averiguação jurídica e que depois contacte directamente o próprio Vereador Carlos Logrado ou até ela própria, e não na reunião.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira disse o seguinte:**

⇒ Não tem nada contra a Sr.ª Vereadora Maria João, e quando levanta a questão aqui na reunião é porque tem que ser aqui levantada, tal como o +Concelho defende. É aqui, neste órgão, que o problema tem que ser colocado. Se há público ou não, é uma circunstância. Não se trata de um ataque pessoal, mas é sim uma preocupação pela legalidade das deliberações que aqui são tomadas, porque se houver problema serão todos responsáveis pela ilegalidade.

O **Sr. Presidente** disse que não vai entrar em contacto com ninguém, e como o Sr. Vereador Vítor Pereira fez o pedido vai ser analisado e será respondido.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que pensa que a situação está legal, mas a questão que levanta tem a ver com o tempo e a forma como é pedido.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014**

789 - Presente a ata n.º 22, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de setembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2014**

**Assunto retirado da ordem do dia.**

**4 - REQ. N. 1407/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 305/14, DATADO DE 04/09/2014**  
**– FACOMPRIL – FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS DE PRECISÃO, LDA**

790 - Presente pedido com o registo n.º 1407/14, datado de 24/09/2014 relativo a **licenciamento de alterações e instalação de edifício industrial**, sito na rua 10 de junho, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 645 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 525, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 305/14, com data de entrada de 04/09/2014, apresentado por **Facompril - Fabricação de Componentes Metálicos de Precisão, Lda.**, com o NIPC 501 936 840, com sede na rua de Francisco Maia, freguesia de Milagres e concelho de Leiria.

Presente informação técnica, datada de 03/10/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 08/10/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **licenciamento de alterações e instalação de edifício industrial**, sito na rua 10 de junho, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 645 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 525, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 305/14, com data de entrada de 04/09/2014, apresentado por **FACOMPRIL - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS DE PRECISÃO, LDA.**, com o NIPC 501 936 840, com sede na rua de Francisco Maia, freguesia de Milagres e concelho de Leiria.

**Mais delibera INFORMAR** o requerente do seguinte:

- 1 -** Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 -** Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 –** Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

- 4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.
- 5.- Deverá igualmente solicitar aos Serviços de Águas e Saneamento da C.M.M.G., a ligação das redes de abastecimento de água e de águas residuais domésticas e pluviais às redes públicas respetivas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 1431/14, DATADO DE 29/09/2014 – PC N.º 248/14, DATADO DE 09/07/2014 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A.**

791 - Presente requerimento n.º 1431/14, datado de 2014/09/29, constante do processo camarário n.º 248/14, subscrito por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A., com o NIPC n.º 503537292, com sede na Rua da Índia, n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização e ampliação de barracão”* existente, incidente sobre dois prédios, um urbano e o outro rústico, sítios na Rua da Índia, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 2708 e 2709, e inscritos na respetivas matrizes sob os números 1628 e 9604, respetivamente, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de câmara de 18 de setembro de 2014.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/10/02, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização e ampliação de barracão”* existente, incidente sobre dois prédios, um urbano e o outro rústico, sítios na Rua da Índia, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 2708 e 2709, e inscritos nas respetivas matrizes sob os números 1628 e 9604, respetivamente, com o número de processo 248/14, com data de entrada em 2014/07/09, apresentado por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A., com o NIPC n.º 503537292, com sede na Rua da Índia, n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. - Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. - Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 1524/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 231/14, DATADO DE 30/06/2014 - MARIA EUGÉNIA DE SOUSA NETO**

792 - Presente pedido com o registo n.º 972/14, n.º 1310/14 e n.º 1524/14, datados de 2014/06/30, 2014/09/01 e 2014/10/13, relativo ao licenciamento (legalização) de construção de anexo e (legalização) de obra de alteração da moradia, sita na Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 44, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3409 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 12691, processo n.º 231/14, apresentado por MARIA EUGÉNIA DE SOUSA NETO, com o NIF 193402882, residente na Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 44, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datada de 2014/09/24, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente parecer técnico, datada de 2014/10/13, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) de construção de anexo e (legalização) de obra de alteração da moradia, sita na Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 44, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3409 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 12691, processo n.º 231/14, apresentado por Maria Eugénia de Sousa Neto, com o NIF 193402882, residente na Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 44, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.**

**Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:**

**1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**3- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N. 1060/14, DATADO DE 15/07/2014 – PC N.º 118/12, DATADO DE 19/04/2012 - SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA.**

793 - Presente Processo de Loteamento n.º 17/84, referente à “Operação de Loteamento Urbano”, levada a efeito na Avenida Victor Gallo, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 5/1984, datado de 5 de março de 1984, emitido em nome de SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA.

Presente requerimento n.º 1060/14, datado de 2014/07/15, constante do processo camarário n.º 118/12, subscrito por **SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA.**, com o NIPC N.º 500268355, com sede na Estrada de Leiria, n.º 277, Apartado 87, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a **“Alteração do Loteamento Urbano”, a incidir sobre os lotes designados por “Lote n.º 5” e “Lote n.º 8”, do loteamento urbano sito na Avenida Victor Gallo, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/1984, datado de 5 de março de 1984, visando o aumento das áreas de implantação, de construção, do número de fogos e respetivos lugares de estacionamento.**

Presente deliberação camarária datada de 31 de julho de 2014, pela qual a Câmara deliberou sujeitar a discussão pública, o pedido de “Alteração da Licença de Operação de Loteamento Urbano”, a incidir sobre os lotes designados por “Lote n.º 5” e “Lote n.º 8”, do loteamento urbano sito na Avenida Victor Gallo, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/1984, datado de 5 de março de 1984, emitido em nome de **SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA.**, com o NIPC N.º 500268355, com sede na Estrada de Leiria, n.º 277, Apartado 87, freguesia e concelho de Marinha Grande, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

2 de setembro e n.º 2 do artigo 28.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente Edital (extrato) n.º 783/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 162/2014, de 25 de agosto, pelo qual foi publicitada a pretensão requerida, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões à referida alteração.

Presente parecer técnico da Divisão de Ordenamento do Território, datado de 2014/10/13, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir a alteração à licença da Operação de Loteamento Urbano titulada pelo Alvará n.º 05/1984, referente ao prédio sito na Avenida Vitor Galo, freguesia e concelho de Marinha Grande, requerida por SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA., incidindo nos lotes constituídos com os números 5 e 8, visando o aumento das áreas de implantação, de construção, do número de fogos e respetivos lugares de estacionamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N. 1526/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 348/14, DATADO DE 13/10/2014 – TECNIMOPLAS – INDÚSTRIA TÉCNICA DE PLÁSTICOS, LDA**

794 - Presente pedido com o registo n.º 1526/14, datado de 13/10/2014 relativo a licenciamento de uma **alteração de fachada**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1110, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º **348/14**, com data de entrada de 13/10/2014, apresentado por **TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.**, com o NIPC 500 280 533, com sede na estrada de Leiria, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 13/10/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **alteração de fachada**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1110, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º **348/14**, com data de entrada de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

13/10/2014, apresentado por TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA., com o NIPC 500 280 533, com sede na estrada de Leiria, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 1455/14, DATADO DE 02/10/2014 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009 – VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO**

795 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1455/14, datado de 2014/10/02, constante do processo camarário n.º 173/09, subscrito por VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO, com o NIF n.º 146590139, com residência no Beco dos Passagens, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia e da construção de anexo”*, incidente sobre um prédio urbano sito no Beco dos Passagens, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19952 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19860-P da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/10/07, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia e da construção de anexo”*, incidente sobre um prédio urbano sito no Beco dos Passagens, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19952 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19860-P da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 173/09, com data de entrada em 2009/07/31,



apresentado por VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO, com o NIF n.º 146590139, com residência no Beco dos Passagens, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/10/07, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

- 1 - O n.º 10 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, por falta de verificação do cumprimento do Índice de Construção Bruto definido para a zona (0,25), dado a área total de construção proposta, existente e a legalizar (484,40m²) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (437,75m²).
- 2 - O n.º 16 aditado ao anexo I do Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de agosto, na sua redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26 de julho, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, visto a pretensão apresentar uma edificação a legalizar destinada a telheiro, dispondo de uma cobertura composta por chapas em fibrocimento contendo materiais em fibras de amianto, substância que se encontra proibida pelo referido diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 1415/14, DATADO DE 25/09/2014 – PC N.º 258/12, DATADO DE 04/09/2012 – LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS**

796 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1415/14 de 25/09/2014, apresentado por LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS, com o NIF 183011368, com residência na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração legalizadas no âmbito do processo n.º 258/12.

Presente parecer técnico datado 13/10/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS, com o NIF 183011368, com residência na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 362/11, DATADO DE 17/02/2011 – PC N.º 24/08, DATADO DE 14/01/2008 – SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A.

797 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de *"Construção de edifício destinado a comércio/serviços"*, a que foi atribuído o número de processo 24/08, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada da Nazaré, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A., com o NIPC n.º 501870423, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 6, 7.º andar, 1050-121 Lisboa, freguesia do Coração de Jesus, concelho de Lisboa.

Presente informação técnica datada de 2014/10/09.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/10/09, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. - Considerando que a interessada, SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A., com o NIPC n.º 501870423, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 6, 7.º andar, 1050-121 Lisboa, freguesia do Coração de Jesus, concelho de Lisboa, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de

*“Construção de edifício destinado a comércio/serviços”, a que foi atribuído o número de processo 24/08, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada da Nazaré, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/03/04, comunicada através do ofício n.º 263/10, de 2010/03/09, rececionado em 2010/03/12;*

2. - Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/03/13 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
3. - Considerando que o requerente solicitou em 2011/02/17, a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido, pelo período de 12 meses, para requer o respetivo alvará, tendo sido deferido por despacho datado de 2011/03/31, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro, comunicado à interessada pelo ofício n.º 296/11, de 2011/04/13 e rececionado em 2011/04/19;
4. - Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, terminando em 2013/03/13 o prazo para requerer o respetivo alvará de construção, comunicado à interessada pelo ofício n.º 328/13, de 2013/04/04 e rececionado em 2013/04/05;
5. - Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. - Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de *“Construção de edifício destinado a comércio/serviços”, a que foi atribuído o número de processo 24/08, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada da Nazaré, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8300 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 9820, da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A., com o NIPC n.º 501870423, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 6, 7.º andar, 1050-121 Lisboa, freguesia do Coração de Jesus, concelho de Lisboa, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

**12 - REQ. N. 956/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 162/11, DATADO DE 27/04/2011 – ANA ELISA FRAGOSO PINTO**

798 - O pedido de licenciamento de obra de alteração de espaço comercial para instalação de Parque Lúdico Infantil, processo 162/11, registado em 2011/04/27, para o prédio sito na Rua de Leiria, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4128 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339, apresentado por ANA ELISA FRAGOSO PINTO, com o NIF 214516776, com residência na Rua Outeiro do Mar, n.º 31, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2011/05/19.

Presente informação técnica datada de 2014/09/08, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentação dos projetos de especialidades, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:**

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2011/05/19, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração de espaço comercial para instalação de Parque Lúdico Infantil a que foi atribuído o número de processo 162/11, registado em 2011/04/27, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de Leiria, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4128 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339;
- O titular do processo de licenciamento ANA ELISA FRAGOSO PINTO, com o NIF 214516776, com residência na Rua Outeiro do Mar, n.º 31, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo ofício n.º 409/11, datado de 2011/05/24, com receção ocorrida em 2011/05/27, sobre o deferimento do projeto de arquitetura do pedido de licenciamento formulado;
- O prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura previsto no n.º 4 do artigo 20.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para que sejam apresentados os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra terminou em 2011/11/27;
- O prazo de suspensão previsto no n.º 6 do mesmo artigo e diploma legal terminou em 2012/05/27.

Delibera, NOTIFICAR a requerente para, nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, em sede de AUDIENCIA PRÉVIA no prazo de 10 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de

licenciamento de obra de alteração de espaço comercial para instalação de Parque Lúdico Infantil, a que foi atribuído o número de processo 162/11, registado em 2011/04/27, no prédio urbano sito na Rua de Leiria, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4128 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 1511/14, DATADO DE 10/10/2014 – PC N.º 88/10, DATADO DE 30/04/2010 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA**

799 - Presente requerimento n.º 1511/14, datado de 10 de outubro de 2014, de JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA, titular do processo de construção com obras de urbanização, com o n.º 88/10, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 41/11, em 18/05, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12127, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 1388 da respetiva freguesia, localizado em Rua da Beira Baixa, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a aprovação da alteração ao projeto das obras de urbanização referente à requalificação de arruamento.

Presente projeto de alteração das obras de urbanização e parecer interno de 10 de outubro de 2014, que recaíram sobre o referido requerimento.

Após análise da pretensão da requerente, Joaquim Alves da Cruz, L.da, titular do processo de construção com obras de urbanização, com o n.º 88/10, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 41/11, em 18/05, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12127, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 1388 da respetiva freguesia, localizado em Rua da Beira Baixa, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a aprovação da alteração ao projeto das obras de urbanização referente à requalificação de arruamento e da informação técnica que se pronunciou sobre o assunto, a Câmara delibera:

- Deferir, as alterações propostas ao projeto de obras de urbanização, designadamente pavimentação do troço da rua da Beira Baixa e execução do passeio na zona contígua à parcela destacada, com o valor estimado das obras de urbanização de 5.940,22 € (cinco mil novecentos e quarenta euros e vinte e dois cêntimos)

e em consequência deste deferimento,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

- Deferir a redução da Garantia Bancária n.º 00125-02-1804549 prestada em 15.07.2012 no valor de 10.104,80 euros para o valor de 5.940,22 € (cinco mil novecentos e quarenta euros e vinte e dois cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 1406/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 286/14, DATADO DE 12/08/2014 – E&T – ENGINEERING AND TOOLING LDA**

800 - Presente pedido com o registo n.º 1406/14, datado de 24/09/2014 relativo a pedido de informação prévia para a instalação de uma unidade industrial na fração “B” do edifício situado na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 100, na Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10399, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19764, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 286/14, com data de entrada de 12/08/2014, apresentado por E&T- ENGINEERING AND TOOLING LDA, com o NIPC 508 507 936, com sede na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 100, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 02/10/2014, que atesta ser viável a pretensão apresentada.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR, nos termos do artigo 16.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, SER VIÁVEL a instalação de uma unidade industrial na fração “B” do edifício situado na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 100, na Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10399, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19764, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 286/14, com data de entrada de 12/08/2014, apresentado por E&T- Engineering and Tooling Lda, com o NIPC 508 507 936, com sede na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 100, freguesia e concelho da Marinha Grande, devendo o respetivo processo de comunicação prévia a apresentar contemplar e assegurar o cumprimento das normas e regulamentos legais aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 1302/14, DATADO DE 29/08/2014 – PC N.º 394/2014, DATADO DE 29/08/2014 – PAULO ALEXANDRE DIONÍSIO RIBEIRO**

801 - Presente informação dos serviços da Divisão de Ordenamento do Território – DOT - datada de 02-09-2014, dando conta da existência de duas guias de pagamento, com os números 15983 e 14438, ambas de 29-08-2014, no valor de 6,15€ e 27,87€, respetivamente, referentes ao pagamento das taxas municipais devidas pelo fornecimento de cópias ao estudante **PAULO ALEXANDRE DIONÍSIO RIBEIRO**, que devem ser anuladas em virtude da isenção de que beneficiou, por as mesmas se destinarem a um trabalho escolar.

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e considerando que:

- Através do requerimento n.º 1302/14, datado de 29-08-2014, **PAULO ALEXANDRE DIONÍSIO** Ribeiro de Jesus, estudante de mestrado integrado de arquitetura, na Universidade Lusíada de Lisboa, solicitou cópias de um processo de licenciamento de uma moradia, que constituía o caso de estudo da sua dissertação para conclusão do curso;
- Nessa sequência foram emitidas duas guias para pagamento de taxas municipais, com os números 15983 e 14438, ambas datadas de 29-08-2014, no valor de 6,15€ e 27,87€, respetivamente.
- O montante de 6,15€ corresponde à taxa devida no ato de entrega do requerimento – n.º 1.14 do quadro I do anexo I do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande;
- O montante de 27,87€ refere-se ao fornecimento de cópias de peças desenhadas e escritas do processo de licenciamento da dita moradia, bem como a uma fotocópia – ns.º 1.14 e 1.15 do quadro I do anexo I do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande;
- Por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 29-08-2014, exarado no rosto do citado requerimento, foi autorizado o fornecimento, sem encargos, das ditas taxas por as cópias se destinarem a trabalho escolar;
- Em consequência do mencionado despacho não foi cobrado qualquer valor;
- Por esse motivo torna-se necessário proceder à anulação das ditas guias;

**A Câmara Municipal:**

- **Delibera RATIFICAR o aludido despacho de 29-08-2014, do Presidente da Câmara Municipal, que isentou o pagamento de taxas municipais devidas por Paulo Alexandre Dionísio Ribeiro de Jesus, com o NIF 208120750, estudante de mestrado integrado de arquitetura, na Universidade Lusíada de Lisboa, pelas cópias de peças de um processo de licenciamento de uma moradia, que constituiu o caso de estudo da sua dissertação para conclusão do curso;**
- **Delibera ANULAR as guias para pagamento de taxas municipais, com os números 15983 e 14438, ambas datadas de 29-08-2014, no valor de 6,15€ (seis euros e quinze cêntimos) e 27,87€ (vinte e sete euros e oitenta e sete cêntimos) respetivamente, por, em consequência daquele despacho, não ter sido cobrado qualquer valor.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO SITO NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE**

802 - Considerando que o prédio urbano, com 2.250,00 metros quadrados, sito no Bico da Garcia, se encontra inscrito a favor deste Município, conforme resulta da descrição e inscrições em vigor na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2808/19880527 e da caderneta predial urbana correspondente ao artigo 12611, que se anexam.

Considerando que o orçamento da receita de 2014, aprovado pela Assembleia Municipal, contém previsão expressa relativa à alienação do prédio urbano identificado.

Considerando que, no orçamento da receita, foi determinada uma base mínima de 70.000,00 euros.

Considerando que deve ser assegurada a execução do orçamento da receita, de modo a satisfazer as necessidades públicas a cargo do Município.

Considerando que compete à Câmara Municipal promover a alienação de bens imóveis de valor até 1000 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que é obrigatório promover a alienação de bens imóveis através de hasta pública.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alienar, em hasta pública, o prédio urbano descrito sob o n.º 2808/19880527 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 12611, nos seguintes termos:**

- 1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, num jornal local, no sítio de internet do Município e através de editais a afixar nos lugares de estilo.**
- 2. O valor base de licitação é de 70.000,00 euros (setenta mil euros).**
- 3. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome e o prédio a alienar, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, devem ser endereçados ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.**
- 4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respetiva apresentação.**



5. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação e tendo como padrão o valor do lanço mínimo e respetivos múltiplos.
6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública.
7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado.
8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.
9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.
10. O valor do lanço mínimo é fixado em 500,00 euros.
11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.
13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 20% do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.
14. No final da praça, será elaborado auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.
15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.
16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.
17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundado indício de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.
18. O pagamento da parte restante do preço (80%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.
19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.
20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.

21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lanço de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.

A alienação fica sujeita às seguintes condições:

1ª O comprador compromete-se a apresentar o projeto das obras a realizar, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, no prazo de dezoito meses a contar da data de celebração da escritura pública de compra e venda.

2ª A alienação ou a oneração do lote de terreno no estado em que se encontra no momento da venda depende de autorização expressa da Câmara Municipal.

3ª Caso se verifique incumprimento de qualquer das condições indicadas, o lote reverte para a propriedade do Município, considerando-se resolvido o contrato e não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:

Presidente – Inês Marrazes

Vogal – Carlos Duarte

Vogal – Vânia Santos

Suplentes – Álvaro Letra e Eva Costa

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - PROCESSO N.º 305/2014 - REQUERENTE: JOSÉ DE SOUSA HENRIQUES LOPES – PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO DE QUE RESULTARÁ A CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE. OBJETO: PRÉDIO RÚSTICO SITO EM BREGIEIRAS – LARGAS – LIMITE DA AMIEIRINHA – FREGUESIA DA MARINHA GRANDE**

803 - Presente Informação da DJC n.º 1429/2014, de 07.10.2014, na qual se conclui pela inexistência de obstáculo jurídico à emissão de parecer favorável condicionado à celebração de negócio jurídico de alienação onerosa, de que resultará a constituição de compropriedade, do prédio rústico inscrito na matriz rústica sob o artigo 9993 da freguesia da Marinha Grande e descrito na Conservatória de Registo Predial da Marinha Grande com o n.º 4757 da freguesia da Marinha Grande; (anexo 7);

Presente registo de entrada n.º 1403/14, de 24 de Setembro de 2014, através do qual o requerente, proprietário do prédio, vem esclarecer que, por lapso, fez referência a 242 m2 de área cedida ao domínio público, tendo apresentado novo levantamento topográfico, com 153,46 m2 de área cedida ao domínio público (anexo 6);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

Presente ofício da DJC n.º 3128/2014, de 25.08.2014, enviado ao requerente, através do qual se solicita esclarecimento quanto à área do prédio rústico cedida ao domínio público (anexo 5);

Presente Informação da área do cadastro da Divisão de Ordenamento do Território, de 20.08.2014, a qual informa que o prédio se situa em área urbanizável na Marinha Grande - restante área urbana, na zona de expansão nascente da zona industrial da Marinha Grande, acrescentando ainda não existir antecedentes para a parcela em questão (anexo 4);

Presente cópia do acordo de cedência de 153,46 m2 da área do prédio rústico inscrito na matriz rústica n.º 9993, da freguesia da Marinha Grande, subscrito em 06.05.2010 e cópia da deliberação camarária, de 23.12.2010, através do qual é ratificada a negociação da referida cedência (anexo 3);

Presente Informação dos Serviços de Fiscalização Municipal, de 25.07.2014, através da qual se informa que não existem edificações no prédio rústico em causa (anexo 2);

Presente requerimento n.º 1042/14, de 10.07.2014, apresentado por José de Sousa Henriques Lopes, contribuinte n.º 115 385 207, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz predial rústica n.º 9993 da freguesia da Marinha Grande, e descrito sob o n.º 4757 da mesma freguesia, através do qual requer emissão de parecer favorável à celebração da alienação onerosa do referido prédio a duas pessoas, devidamente identificadas no requerimento, nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (anexo 1).

**A Câmara Municipal, concordando com a informação da DJC n.º 1429/2014, de 07.10.2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera emitir parecer favorável à celebração do negócio jurídico que originará a constituição de compropriedade, mais concretamente à alienação onerosa a Mário Felismino Gaspar, contribuinte n.º 105 262 676, e a Joaquim Felismino Gaspar, contribuinte n.º 124 333 680, do prédio rústico propriedade de José de Sousa Henriques Lopes, sito em Bregieiras – Largas – limite da Amieirinha - Picassinos, inscrito na matriz predial rústica n.º 9993 da freguesia da Marinha Grande, e descrito sob o n.º 4757 da mesma freguesia, condicionado à atualização da área do prédio em causa, prévia ao negócio jurídico de alienação a celebrar, e em conformidade com a cedência da área de 153,46 m2 efetuada ao domínio público em 2010, destinada à viabilização da construção de Rua Paralela à Estrada dos Guilhermes, entretanto já executada, nos termos e para os efeitos do preceituado no n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 10/2008, de 20/02 e Lei n.º 79/2013, de 26/11.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE. APOIO.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

804 - Presente requerimento apresentado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, através do qual solicita a atribuição de apoio financeiro para a realização de trabalhos de ampliação das camaratas dos bombeiros, remodelação dos balneários e instalação de armários de vestiário para bombeiros.

Considerando que o Município dispõe de atribuições em matéria de proteção civil (alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que as missões desenvolvidas pelos corpos de bombeiros das associações humanitárias de bombeiros voluntários se revestem de inequívoco interesse público;

Considerando que os referidos corpos de bombeiros são agentes fundamentais no âmbito da proteção civil;

Considerando que os objetivos legalmente atribuídos à proteção civil municipal carecem de uma intervenção permanente e ativa dos corpos de bombeiros;

Considerando que os corpos de bombeiros são essenciais e imprescindíveis à salvaguarda de pessoas e bens;

Considerando que a prestação dos serviços de proteção civil, a cargo dos corpos de bombeiros, também depende da criação das adequadas condições físicas.

Considerando que a Câmara Municipal reconhece a necessidade imprescindível de ampliação das camaratas dos bombeiros, da remodelação dos balneários e da instalação de armários de vestiário;

**A Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir um apoio financeiro no valor de cinquenta e dois mil e quinhentos euros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, com vista à comparticipação das obras de ampliação das camaratas dos bombeiros, da remodelação dos balneários e da instalação de armários de vestiário.**

**Mais delibera que a transferência do montante atribuído depende da apresentação de relatório fundamentado e discriminado das despesas efetuadas neste âmbito, com inclusão de fotografias, assim como da apresentação de documentos comprovativos da despesa, para efeitos da certificação dos originais das faturas, recibos e extratos bancários comprovativos do desconto de cheque ou outra forma de pagamento.**

**Delibera ainda que:**

- a) O relatório deve ser apresentado até ao dia 5 de dezembro de 2014;**
- b) O relatório apresentado deve ser validado pelo serviço municipal de proteção civil, através de informação na qual se ateste a afetação do apoio atribuído aos trabalhos mencionados;**

**c) A transferência do montante atribuído tem de ocorrer no ano de 2014, não sendo possível a sua dilação para o ano seguinte.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Congratulo-me que finalmente a Câmara tenha decidido ajudar a resolver um problema que envergonhava quem entrada no quartel dos bombeiros.  
Durante toda a campanha eleitoral alertei para este problema que vejo agora em vias de resolução.*

*Considerando que a acção dos bombeiros se reveste de interesse público e que à câmara municipal é atribuída competência em matéria de protecção civil municipal, voto favoravelmente.*

*Saliento que este tipo de apoio deve ser reforçado de uma forma estratégica para que se consiga dotar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande das melhores condições para a prevenção dos riscos, para as condições de trabalho do corpo de bombeiros e para a garantia e salvaguarda de pessoas e bens.”*

**O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A Câmara Municipal sempre se preocupou com as condições de trabalho dos nossos corpos de bombeiros voluntários, das duas associações que existem no nosso Município.  
O pedido formulado à Câmara tem a data de 17/03/2014, imediatamente entrámos em negociações com o Presidente da Direção da Associação e estamos agora a concretizar, mais uma vez, um apoio extraordinário à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.*

*Só nesta data estão reunidas as condições financeiras para a concretização do apoio que estamos a conceder neste momento, já que não nos podemos esquecer da célebre lei dos compromissos, de fevereiro de 2012, que veio condicionar toda a atividade das Câmaras Municipais.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente subscreveu esta declaração de voto.**

**O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Sempre me debati por um quartel novo para os Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, porque as condições para o seu corpo eram paupérrimas.  
Já existe há mais de uma dúzia de anos um projeto para a construção do mesmo perto da PSP.*

*Na falta de melhor, apoio este subsídio para que de facto o corpo tenha as condições condignas para a sua atividade normal e habitual.*

*Continuo a afirmar que os Bombeiros Voluntários da Marinha Grande mereciam mais e melhor.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“As associações de bombeiros, quer pelo apoio que prestam às populações, quer pelo seu voluntarismo, são entidades que sempre mereceram o nosso carinho e o nosso apoio.*

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

*Esta não é uma situação excecional. É o reconhecimento do justo apoio que as entidades públicas devem prestar aos nossos bombeiros.*

*O que está em causa é única e exclusivamente uma questão de oportunidade, isto é, ser o apoio dado numa ou noutra altura. É minha opinião que a unanimidade da Câmara Municipal nesta decisão não é mais do que o justo reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos nossos bombeiros."*

### **19 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA. ACORDO. INDEMNIZAÇÃO.**

805 - Considerando que para a correta execução de infraestruturas subterrâneas (construção de coletores doméstico e pluvial) no âmbito da empreitada de Requalificação da Rua da Panificadora se revela necessário obter a autorização de utilização temporária de terrenos confinantes com a mencionada rua.

Considerando que atualmente as áreas necessárias se encontram arborizadas com árvores de grande porte.

Considerando que foi possível acordar com a proprietária, Maria do Rosário Ferreira Custódio de Moraes Font, a utilização gratuita das áreas identificadas nas plantas em anexo, desde que fosse assegurada a sua indemnização no valor de mil, oitocentos e cinquenta euros pela perda de rendimento decorrente da interrupção do ciclo normal de exploração e pelo corte das árvores e remoção dos respetivos cepos, que fica a seu cargo.

Considerando que a utilização das áreas identificadas nas plantas em anexo se revela imprescindível à manobra das máquinas de escavação.

Considerando que a área em apreço é de 1526 metros quadrados.

Considerando que o valor da indemnização requerida é adequado e proporcional ao ressarcimento dos danos causados.

Considerando que se deve acautelar a melhor solução técnica com vista à boa e atempada execução dos trabalhos objeto da empreitada em curso.

**A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar as condições de utilização temporária, de uma área de 1526 metros quadrados, identificados em plantas que se dão por reproduzidas, que se traduzem na sua utilização estritamente durante o prazo de execução da obra e o pagamento de uma indemnização no valor total de mil, oitocentos e cinquenta euros, pela perda de rendimento decorrente da interrupção do ciclo normal de exploração e pelo corte das árvores e remoção dos respetivos cepos, que ficam a cargo da proprietária.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **20 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

806 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do 22º Encontro todo terreno da Albergaria;

A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização do desfile de moda a realizar no dia 18-10-2014 e baile de S. Martinho a realizar no dia 07-11-2014

Presentes informações nºs 75/AF e 76/AF de 13 de outubro e 13 de outubro de 2014, respetivamente, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria e a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído e da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **21 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE SETEMBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

807 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de setembro de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de setembro de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.**

**22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA "ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

**SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS**.

808 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73.º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 11624/2014 e informações I/1204/2014 e I/1435/2014, da DAM – Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da *“Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifas”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 25/08/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à FUNDEC - ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO EM ENGENHARIA CIVIL E ARQUITECTURA, NIPC 508 122 996, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação da *“Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifas”* na classificação orgânica/económica 0103/020214, ação do PAM 2014/A/184, tendo sido emitido o cabimento n.º 2479/2014, pelos serviços da área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 29.000,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 3 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação e pelo facto de não ter sido celebrado no ano 2014, até à presente data, qualquer contrato de prestação de serviços com a contraparte proposta a convite, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 29/09/2014, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato para *“Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifas”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifas”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”.**

809 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 15725/2014 e informação CR.12/2014, da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 13/10/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2014/A/86.

Considerando que o preço base a aplicar é de 152.354,16€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

**ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES DOMÉSTICOS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”.**

810 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local

não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 15729/2014 e informação AR-08.2014, da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de *“Limpeza e desobstrução de coletores domésticos e pluviais no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 13/10/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.



Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da prestação de serviços de *“Limpeza e desobstrução de coletores domésticos e pluviais no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2014/A/85.

Considerando que o preço base a aplicar é de 60.299,12€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Limpeza e desobstrução de coletores domésticos e pluviais no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

**25 - MINUTA DE CONTRATO A CELEBRAR COM A ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA FUNDO FINICIA**

Assunto retirado da ordem do dia.

**26 - CESSAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA.GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS**

Assunto retirado da ordem do dia.

**27 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE, RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA – PARA VIGORAREM A PARTIR DE 01 DE NOVEMBRO DE 2014**

811 - Presente informação nº 1369 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 29/09/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social, do Bairro do Camarnal Velho, Praceta da Liberdade, Rua General Humberto Delgado e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com o nº 2 do art. 8º do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio e, ainda com o nº1 do art. 26º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

**Camarnal Velho**

Morador	Fogo	Data Contrato	Renda 2013	Renda 2014
Carlos Manuel Loureiro Santos	Nº3	24/06/2000	29,43€	48,53€

**Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2013	RENDA 2014
1	Vítor Manuel L. Raimundo	R/C Dto.	01/10/2000	104,72€	100,97€
4	Maria Conceição R. Carvalho	R/C Dto.	23/04/1999	23,81€	20,91€
5	Maria de Lurdes M. Delgado	R/C Esq.	22/12/1997	37,48€	35,99€
8	Maria Celeste P. Marques	2º Esq.	21/05/1998	21,90€	22,25€
8	Hortênsia Batista Ascenso	3º Esq.	23/03/2000	4,85€	5,05€

**Rua General Humberto Delgado**

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2013	RENDA 2014
32	Lavínia Mª S. N. Elói Martins	3º B	01/07/1994	89,09€	85,56€

**Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2013	RENDA 2014
1	Idalina Lourenço Escada	2º B	04/11/2004	23,55€	5,05€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de novembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**28 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 47, SITO NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL – CLÁUDIA MARGARIDA CARDOSO LOPES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**

812 - Presente informação n.º 1448 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 10 de outubro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos do agregado familiar em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

**Rua Bairro do Camarnal:**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14 (FEV.º)	RENTA/14 (NOV.)
Cláudia Margarida C. Lopes	47	11/05/2013	20,85€	14,07€

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 14,07€ (catorze euros e sete cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de novembro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**29 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA DO ROSÁRIO SANTOS REIS, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, 2ª DTO, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

813 - Presente informação n.º 1450 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 10 de outubro de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.

Considerando que houve alteração no rendimento auferido pela família, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos) para 15,51€ (quinze euros e cinquenta e um cêntimos).**

**Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor a partir do mês de novembro de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**30 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO AO INQUILINO CAMARÁRIO RICARDO MIGUEL DOS SANTOS CASACA, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 3, 1ºC, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL**

814 - Presente informação n.º 1451 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 10 de outubro de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte do inquilino mencionado em epígrafe, por motivo de diminuição do rendimento do agregado familiar.

Considerando que houve alteração no rendimento auferido pelo titular do contrato de arrendamento, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 38,80€ (trinta e oito euros e oitenta cêntimos) para 24,47€ (vinte e quatro euros e quarenta e sete cêntimos).**

**Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor a partir do mês de novembro de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

**31 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA ARLETE COSTA DA CRUZ, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, 1ª DTO, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL**

815 - Presente informação n.º 1453 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 10 de outubro de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de alteração na constituição do agregado familiar.

Considerando que houve alteração na constituição do agregado familiar, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 36,15€ (trinta e seis euros e quinze cêntimos) para 15,88€ (quinze euros e oitenta e oito cêntimos).

Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor, a partir do mês de novembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**32 - CEDÊNCIA DE GARAGEM DEVOLUTA A INQUILINA CAMARÁRIA: NÂNCI RAFAELA JORGE DUARTE, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L RÉ-DO-CHÃO DIREITO FRENTE, CASAL DE MALTA.**

816 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 8029, datado de 06/10/2014, da arrendatária mencionada em epígrafe, a solicitar a cedência de uma garagem vaga sita junto ao bloco de habitação social da Avenida da Liberdade.

Presente informação n.º 1443 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D - datada de 09/10/2014, a propor a cedência, a título gratuito, da garagem solicitada pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando a existência de uma garagem disponível;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 329-A/00, de 22 de dezembro, tem como objetivo apenas determinar o valor atualizado de fogos e não de garagens;

Considerando a impossibilidade de avaliar a referida área;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

Considerando a disponibilidade da arrendatária em efetuar quaisquer benfeitorias que venham a ser necessárias, no referido espaço;

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, concordar com a cedência, a título gratuito, da garagem solicitada pela arrendatária Nânci Rafaela Jorge Duarte, residente na fração correspondente ao rés-do-chão frente direito do Bloco L, sito na Avenida da Liberdade, Casal de Malta.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **33 - AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. 2.ª FASE DE AVALIAÇÃO**

817 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014, e enuncia três modalidades de apoio: atividades de carácter anual, atividades de carácter pontual e apoio a infraestruturas;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi designado por despacho do Sr.º Presidente, de 22 de janeiro de 2014, a composição da comissão de apreciação das candidaturas;

Considerando que através de deliberação de câmara de 16 de abril, foram avaliadas as candidaturas entregues numa primeira fase, tendo sido entregues no decorrer do ano de 2014, 11 candidaturas nos termos do referido regulamento;

Considerando que a comissão de apreciação procedeu à avaliação das candidaturas nos termos do artigo 13.º do regulamento, conforme descrito nos relatórios fundamentados que se anexam;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento *“só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos”*.

Considerando que a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do disposto nas alíneas o), p) e u) do n.º1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a admissão das candidaturas nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conforme avaliação da comissão de apreciação constante nos documentos anexos (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“O processo de avaliação (selecção) das candidaturas veio a reunião de câmara em 16 de Abril, e era respeitante às candidaturas efectuadas em 30 de Setembro de 2013. Não se compreende como estamos agora a decidir sobre a avaliação de atribuir ou não um subsídio a algumas iniciativas que já se realizaram, como seja um evento no 25 de Abril. Mas a prioridade passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passou praticamente um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Estamos no último trimestre do ano e há alguns destes eventos que já se realizaram.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

O Sr. Vereador Vítor Pereira solicitou aos serviços da DFTI – Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, que forneçam, por escrito, a recomendação dos auditores às contas de 2013, onde é mencionada a alteração ao regulamento de atribuição de subsídios.

### **34 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

Assunto retirado da ordem do dia.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/10/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 24

**35 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS".**

Assunto retirado da ordem do dia.

**36 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quinze de outubro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 6.711.144,93 €** (seis milhões, setecentos e onze mil, cento e quarenta e quatro euros e noventa e três cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**818 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:00 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**